



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
GAB. DO DES. HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000382-09.2026.8.27.2700/TO

PROCESSO ORIGINÁRIO: Nº 0000913-08.2026.8.27.2729/TO

AGRAVANTE: JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS

ADVOGADO(A): LEANDRO MANZANO SORROCHE (OAB TO004792)

AGRAVADO: JEFFERSON AGAMENON DE CARVALHO AZEVEDO

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por **JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS**, qualificado nos autos, contra a respeitável decisão interlocutória exarada pelo Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Palmas, Tocantins (evento 26, DECDESPA1 dos autos de origem), que indeferiu o pedido de tutela provisória de urgência formulado na petição inicial de Ação de Obrigação de Fazer cumulada com Indenização por Danos Morais, ajuizada em face de **JEFFERSON AGAMENON DE CARVALHO AZEVEDO**.

A petição inicial e as razões recursais revelam que a controvérsia central reside na veiculação, por parte do Agravado, de uma série de vídeos por meio de seu perfil na rede social Instagram, sob o nome de usuário "redetoca", através dos quais o Agravado faz declarações, cujo conteúdo, o Agravante, atual Prefeito do Município de Palmas, considera manifestamente ofensivo à sua honra e imagem, transbordando o limite da crítica política e configurando, segundo relata, uma insidiosa imputação de crimes de corrupção e manipulação do sistema de justiça.

O Agravante detalha que as publicações, veiculadas no dia 09 de janeiro de 2026, associam seu retorno ao cargo de Prefeito – após um período de afastamento cautelar – a "motivos ocultos", "muita grana, muito dinheiro" e à suposta "influência de José Dirceu, que dizem que foi fator preponderante nas articulações com a Procuradoria Geral da República", concluindo que uma "mistura" desses "ingredientes" foi o que permitiu o seu retorno, asseverando, ademais, que "juridicamente dificilmente Eduardo voltaria à Prefeitura de Palmas", e que a decisão judicial teria exigido a "instauração de um manicômio no ordenamento jurídico brasileiro".

O cerne da postulação inicial e do presente Agravo de Instrumento consiste, portanto, na busca pela cessação imediata do ato ilícito, mediante a remoção compulsória e definitiva das URLs ofensivas da rede social, sob a alegação de que a conduta do Agravado configura flagrante abuso do direito de expressão, nos termos dos artigos 186 e 927 do Código Civil, violando os direitos da personalidade do Agravante, constitucionalmente protegidos pelo artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, caracterizando assim a probabilidade do direito.

0000382-09.2026.8.27.2700

1555536 .V9



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
GAB. DO DES. HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

Afirma o agravante que o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*) foi justificado pela ampla e viral disseminação do conteúdo calunioso na rede mundial de computadores, que potencializa o abalo à honra e credibilidade institucional do Agravante perante a coletividade, tornando o ressarcimento posterior insuficiente para mitigar o prejuízo contínuo.

O Juízo de primeiro grau, ao indeferir a tutela de urgência, fundamentou sua decisão, essencialmente, na prevalência da liberdade de expressão em face da condição do Agravante como agente público, sujeitando-o a um escrutínio mais rigoroso, e ainda, na interpretação de que o conteúdo, embora, contundente e irônico, inseria-se no contexto da crítica política sobre fatos históricos (investigações/afastamento) passíveis de verificação, não caracterizando, *prima facie*, o *animus injuriandi* necessário para o cerceamento da fala.

Contra essa decisão, o Agravante sustenta que a conclusão do Juízo *a quo* incorreu em erro de premissa e de direito, pois o Agravado não teria se limitado à crítica ou à informação, mas sim à imputação falsa de que o desfecho judicial favorável foi obtido por meios criminosos (compra de decisão), o que não seria amparado pela liberdade de expressão, exigindo a intervenção imediata desta Corte, em sede de antecipação da tutela recursal, para reformar o decidido e impor a remoção do conteúdo injurioso, difamante e calunioso.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

A concessão de liminar, de acordo com o Código de Processo Civil, está condicionada à presença de requisitos específicos, quais sejam: a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Segundo o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

O Código de Processo Civil também permite a concessão de tutela de evidência, nos termos do seu art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte; II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante; III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa; IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente.



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
GAB. DO DES. HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

A pretensão liminar recursal, por meio do pedido de efeito ativo, reclama uma análise acurada sobre o preenchimento simultâneo dos pressupostos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, com a devida ponderação de valores constitucionais em conflito. A decisão interlocutória atacada, embora bem fundamentada na essencialidade da liberdade de expressão para o regime democrático e na maior tolerância exigida para figuras públicas, parece ter incorrido em um equívoco de subsunção dos fatos à norma no que tange a parte do conteúdo veiculado, ao desconsiderar a natureza intrinsecamente caluniosa de certas manifestações do Agravado, justificando a intervenção deste Tribunal para adequar a proteção dos direitos em conflito.

Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que a liberdade de expressão não é absoluta, devendo observar o binômio liberdade com responsabilidade, especialmente quando há a divulgação de informações sem lastro de veracidade ou ofensivas:

*A plena proteção constitucional à liberdade de imprensa é consagrada pelo binômio liberdade com responsabilidade, vedada qualquer espécie de censura prévia, porém **admitindo a possibilidade posterior de análise e responsabilização, inclusive com remoção de conteúdo, por informações comprovadamente injuriosas, difamantes, caluniosas, mentirosas, e em relação a eventuais danos materiais e morais.** Isso porque os direitos à honra, intimidade, vida privada e à própria imagem formam a proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas." (STF, RE 1075412, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 29/11/2023).*

No âmbito deste Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a jurisprudência orienta-se pela proporcionalidade, autorizando a remoção de conteúdo quando o excesso de linguagem e a intenção de macular a honra restam evidenciados, superando o mero debate político:

*DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. OFENSAS EM RÁDIO COMUNITÁRIA E REDES SOCIAIS . EXCESSO CONFIGURADO. DANO MORAL. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. ASTREINTES . READEQUAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. CONCESSÃO TÁCITA. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO . Tese de julgamento: 1. **A liberdade de expressão não abrange a imputação infundada de crimes, configurando abuso quando ultrapassa a crítica política e ofende a honra e a dignidade do indivíduo.** (TJ-TO - Apelação Cível: 00020247120238272716, Relator.: MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS, Data de Julgamento: 02/04/2025, TURMAS DAS CAMARAS CIVEIS)*

No âmbito de outros tribunais pátrios há o mesmo entendimento, a exemplo do julgado abaixo do Tribunal de Justiça de São Paulo:

DIREITO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER. RECURSO DESPROVIDO. I. Caso em Exame Recurso de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que deferiu tutela provisória para exclusão de vídeos e imagens que imputam



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
GAB. DO DES. HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

ao autor agravado a prática de suposto crime, com disseminação nas redes sociais, causando danos à sua imagem e honra. II. Questão em Discussão 2 . A questão em discussão consiste no cabimento da tutela provisória à luz dos preceitos do artigo 300 do Código de Processo Civil, considerando a probabilidade do direito e o perigo de dano irreparável à imagem do agravado. III. Razões de Decidir 3. A documentação evidencia a probabilidade do direito do agravado e o perigo de dano irreparável à sua honra e imagem, com publicações que atingem diretamente sua recepção . 4. A liberdade de expressão não é absoluta e encontra limites na proteção de outros direitos fundamentais, como a dignidade e a honra, sendo necessária a exclusão das publicações para evitar danos irreparáveis. IV. Dispositivo e Tese 5 . Recurso desprovido. Tese de julgamento: 1. A tutela provisória é cabível quando apresenta probabilidade de direito e perigo de dano irreparável. 2 . A liberdade de expressão deve respeitar os direitos fundamentais de terceiros. (TJ-SP - Agravo de Instrumento: 23143695220248260000 Tupã, Relator.: Vitor Frederico Kümpel, Data de Julgamento: 08/01/2025, 4ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/01/2025).

Tendo em vista as premissas mencionadas, a análise da **probabilidade do direito (fumus boni iuris)** do Agravante exige a escoreita demarcação dos limites da liberdade de expressão frente aos direitos da personalidade.

No caso concreto, procedendo-se a uma análise pormenorizada das URLs indicadas, verifica-se uma distinção nítida entre o conteúdo de caráter opinativo e aquele que transborda para o campo da ilicitude. Nas publicações constantes das URLs <https://www.instagram.com/p/DTTa4KUEx63/>, <https://www.instagram.com/p/DTTcuGJE3lC/>, https://www.instagram.com/p/DTTdG_ukzv9/ e <https://www.instagram.com/p/DTTdu7SkxHF/>, o Agravado ultrapassou o limite da crítica legítima ao construir uma narrativa articulada que visa desqualificar o mérito de uma decisão judicial, imputando ao agravante, de maneira insidiosa, a prática de advocacia administrativa ou até mesmo, suposta corrupção.

Nestes vídeos, a manifestação se estrutura como uma acusação grave, ao asseverar que o retorno do Agravante ao cargo de Prefeito ocorreu em razão de "motivos ocultos", "muita grana, muito dinheiro" e "influência" política espúria junto à Procuradoria Geral da República para alterar pareceres, sugerindo que a decisão do sistema de justiça foi obtida por meios venais. Tais afirmações configuram, em tese, a imputação de fatos definidos como crime e excedem manifestamente os limites da boa-fé e do fim social do direito de informar, quando não lastreada em fatos não devidamente informados, caracterizando o abuso de direito previsto no artigo 187 do Código Civil.

Por outro lado, em relação às publicações constantes das URLs <https://www.instagram.com/p/DTTc8x2k6g5/> e <https://www.instagram.com/p/DTTdQ2nE329/>, não se vislumbra, neste estágio de cognição sumária, a extrapolação do direito de opinião ou de informação. No vídeo de URL DTTc8x2k6g5, a menção a "fios desencapados que tiveram que ser encapados" configura-se como metáfora política sobre articulações de bastidores, sem a imputação direta de conduta criminosa específica.



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
GAB. DO DES. HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

Da mesma forma, no vídeo de URL DTTdQ2nE329, o Agravado relata a existência de investigações e opiniões de aliados políticos sobre a duração do mandato, tratando-se de narrativa baseada em fatos públicos (existência de investigação no STF e prisão em 2025) e especulações de cenário político que, embora ácidas, permanecem sob o manto da liberdade de expressão e do escrutínio a que estão sujeitos os agentes públicos. Portanto, quanto a estas duas URLs, a probabilidade do direito não resta configurada, devendo prevalecer a liberdade de manifestação.

Quanto às URLs de conteúdo abusivo identificadas alhures, o **perigo de dano (periculum in mora)** mostra-se robusto. O meio de divulgação utilizado possui alcance exponencial que potencializa o dano à honra do Agravante a cada minuto. O Agravante, na condição de Prefeito da Capital, tem sua credibilidade institucional posta em xeque perante a coletividade, gerando um prejuízo de difícil reparação posterior. A medida de remoção parcial representa a forma eficaz de fazer cessar a continuidade do ato ilícito identificado, sendo providência perfeitamente reversível nos termos do artigo 300, § 3º, do CPC.

DISPOSITIVO

Por todo o exposto, presentes os requisitos do artigo 300 do Código de Processo Civil, **CONCEDO PARCIALMENTE A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL (EFEITO ATIVO)** para o fim de **REFORMAR EM PARTE** a r. decisão interlocutória de Evento 26 dos autos de origem e **DEFERIR PARCIALMENTE** a tutela provisória de urgência pleiteada pelo Agravante.

Em consequência, **DETERMINO** ao Agravado **JEFFERSON AGAMENON DE CARVALHO AZEVEDO** que promova a **IMEDIATA REMOÇÃO INTEGRAL E DEFINITIVA** de seu perfil na rede social Instagram ("redetoca") das publicações identificadas pelas seguintes URLs, no prazo improrrogável de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da efetiva intimação desta decisão:

1. <https://www.instagram.com/p/DTTa4KUEx63/>
2. <https://www.instagram.com/p/DTTcuGJE3IC/>
3. https://www.instagram.com/p/DTTdg_ukzv9/
4. <https://www.instagram.com/p/DTTdu7SkxHF/>

Fixo multa diária (*astreintes*) no valor de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**, limitada a **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** a ser revertida em favor do Agravante, em caso de descumprimento injustificado desta ordem judicial.

INDEFIRO o pedido liminar em relação às URLs <https://0000382-09.2026.8.27.2700> **1555536 .V9**



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
GAB. DO DES. HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

www.instagram.com/p/DTTc8x2k6g5/ e <https://www.instagram.com/p/DTTdQ2nE329/>, por entender que seu conteúdo permanece nos limites da liberdade de expressão e crítica política.

Comunique-se, com urgência, o Juízo de origem do teor desta decisão para as providências cabíveis.

Intime-se o Agravado, com a máxima urgência, para o imediato cumprimento desta decisão, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal.

Após, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria-Geral de Justiça para emissão de parecer.

Intime-se.

Palmas/TO, data certificada no sistema.

Cumpra-se.

Documento eletrônico assinado por **RUBEM RIBEIRO DE CARVALHO, Juiz convocado em substituição**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **1555536v9** e do código CRC **87eb41e0**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RUBEM RIBEIRO DE CARVALHO
Data e Hora: 23/01/2026, às 11:16:10

0000382-09.2026.8.27.2700

1555536 .V9